

17/01/2018 - 05:00

## Macron e a renovação no Brasil

Por **Pedro Ferreira e Renato Fragelli**

Após a dramática queda de 8% do PIB, a economia brasileira inicia uma recuperação. Mas sem a adoção de medidas fiscais absolutamente inevitáveis, como a reforma da previdência, a retomada atual terá vida curta. O poderoso corporativismo que domina o Estado brasileiro, beneficiando-se de um Congresso multi-fragmentado, está vencendo a batalha contra as reformas. Seriam esses grupos invencíveis? Na França, país com igualmente forte tradição corporativista, Emanuel Macron tem logrado atualizar regras do jogo fixadas há décadas em um mundo anterior à globalização. Infelizmente, uma análise das regras eleitorais francesas mostra que é muito improvável algo parecido no Brasil.

A eleição presidencial francesa ocorre em dois turnos, como no Brasil. No primeiro turno, Macron obteve 24% dos votos válidos, contra 21,3% de Marine Le Pen. Na disputa do segundo turno, Macron alcançou 66,1%. Mas a semelhança eleitoral entre os dois países para por aí. A grande novidade representada pela eleição de Macron não foi a simples chegada à presidência de um novato na política, mas sim a imensa maioria parlamentar, e sobretudo a inédita renovação de 74,8% da Assembleia Nacional (AN).

A eleição parlamentar francesa se faz mediante voto distrital. Existem 577 distritos, onde cada partido lança um candidato - ou nenhum, quando opta por apoiar um nome de outro partido aliado. O partido En Marche (EM) foi criado por Macron em 2016, tendo-se apresentando como uma nova alternativa à velha política. Em cada distrito, Macron estimulou a filiação de pessoas com liderança local, mas sem necessariamente histórico eleitoral. Dentre 19 mil inscritos, o EM selecionou 428 candidatos - 214 homens e 214 mulheres -, dos quais 52% jamais haviam sido eleitos. Foram eleitos 308. A esses somaram-se 42 deputados do partido aliado Modem, perfazendo uma confortável maioria de 350 deputados.

### ***Instituições cada vez mais frágeis, quando não abertamente corruptas, não reformarão o país***

Dependendo da pauta parlamentar em votação na AN, a maioria governista tem recebido apoio de partidos que não participam oficialmente do governo, mas são ideologicamente simpáticos às reformas econômicas de Macron. A aprovação da nova legislação trabalhista, por exemplo, contou com o apoio de boa parte dos parlamentares do partido Os Republicanos que representa a direita tradicional francesa. O mesmo vem ocorrendo com a reforma fiscal que cria um país mais receptivo ao empreendedorismo. A aprovação de reformas econômicas audaciosas não se deve à larga maioria obtida por Macron no segundo turno da eleição presidencial, mas sim à sua capacidade de tramitar medidas polêmicas na NA.

Além do fato de ser distrital, o sistema eleitoral francês tem a peculiaridade de ocorrer em dois turnos. Embora no primeiro turno os candidatos do EM e Modem juntos tenham alcançado 32,3% dos votos, no segundo turno eles obtiveram 60,6% dos assentos na NA.

Outro aspecto interessante é o estímulo, já no primeiro turno, à cooperação entre partidos com afinidade ideológica, pavimentando o caminho para a governabilidade após as eleições. O sistema eleitoral francês permite a renovação e a formação de maiorias parlamentares. Há muitos partidos, mas em contraste com os 30 partidos do Congresso brasileiro, os 7 maiores reúnem 560 dos 577 deputados da AN.

No Brasil, ao longo de 2017 foi votada uma reforma política que apontou na direção correta, mas com baixíssima intensidade. O fim das coligações para as eleições proporcionais só entrará em vigor na eleição municipal de 2020, chegando à Câmara apenas em 2022. A cláusula de desempenho foi aguada, reduzida a meros 1,5% dos votos em nível nacional e em um terço dos estados.

Com regras eleitorais permissivas, agravadas pelo generoso financiamento público de campanha que se concentrará nos grandes partidos, é pouco provável que a tão esperada renovação do Congresso brasileiro chegue perto do que se viu na França, onde apenas 145 congressistas foram reeleitos. Mais ainda, a fragmentação partidária continuará na próxima legislatura.

Quem quer que seja eleito presidente em 2018 terá pela frente um Congresso não muito diferente do atual, com o mesmo tipo de corporativismo, e tendo que governar segundo as regras do que se convencionou chamar de "presidencialismo de coalizão". Terá que buscar apoio parlamentar oferecendo cargos, verbas e ambulâncias, no atacado e no varejo. Esse sistema, que por um lado permite certa governabilidade, embute em sua lógica de funcionamento um jogo de trocas espúrias que enfraquece a mesma governabilidade. Instituições cada vez mais frágeis, quando não abertamente corruptas, como as reveladas pela Lava-Jato e outros tantos escândalos, não reformarão o país. Sinal disso é a aliança entre MDB, PT e parte do PSDB contra o Lava-Jato.

É preciso lutar pela renovação do Congresso e apoiar candidatos e partidos sérios - de centro, esquerda e direita - não comprometidos com o atual estado lamentável da política brasileira. Mas o realismo indica que as forças do patrimonialismo e do corporativismo, distribuídas entre diversas colorações políticas, continuarão resistindo às mudanças. O país move-se, mas muito lentamente. Por isso tem ficado para trás.

**Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento**

**Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV**